

Empresários querem mudar substitutivo

Os empresários e profissionais liberais reunidos na Frente Nacional Pela Livre Iniciativa vão encaminhar ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na próxima terça-feira, através de senador Albano Franco, seu apoio à proposta, com a assinatura de mais de 315 parlamentares, de apresentação de emendas para a alteração do projeto da Comissão de Sistematização no plenário. A ideia é alterar o regimento interno da Constituinte, para tornar possível a modificação de dispositivos já aprovados pela Comissão de Sistematização, como a estabilidade no emprego.

O movimento dos empresários começou cerca de três semanas atrás, por iniciativa do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, João Donato, e, segundo um dos participantes, "vem crescendo a cada dia", envolvendo líderes empresariais de todos os setores, organizações reconhecidas pelo Governo como representativas de classe e outras, privadas, como a União Democrática Ruralista - UDR. Em reuniões que acontecem diariamente em Brasília, eles definem seus princípios e elaboram estudos e simulações para comprovar os prejuízos para a economia do País, que seriam resultantes de alterações como a redução da jornada de trabalho, a obrigatoriedade do pagamento da hora extra em dobro, a imprescritibilidade das reclamações trabalhistas, a estabilidade no emprego e a equiparação de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos.

Doações

Para financiar trabalhos e reuniões, foi criado um fundo, que recebe doações espontâneas, administrado por uma comissão de finanças que prevê que, até o final dos trabalhos da Constituinte,

serão gastos US\$ 35 milhões. O resultado do próximo leilão da UDR, no dia 15 em Brasília, por exemplo, será revertido para a causa da livre iniciativa. Esta comissão alugou três casas no Lago Sul, zona nobre de Brasília, onde acontecem os encontros dos participantes do grupo. Ela financiou, também, a um custo de Cz\$ 70 milhões, a produção de três filmes publicitários contra a estabilidade no emprego, que estão sendo transmitidos pela televisão desde quarta-feira última, mas que, segundo um dos integrantes do movimento, poderão ser tirados do ar na próxima semana, "porque estamos recebendo muitas críticas de que os filmes não são convincentes".

A Frente Nacional Pela Livre Iniciativa é uma entidade informal, com existência limitada ao tempo de duração da Constituinte: "Não somos uma frente política", disse um dos seus membros, "pretendemos apenas defender o princípio da economia de mercado". Os empresários, no entanto, fortaleceram esta semana uma outra entidade que, criada no começo de 1986, visa a defesa dos interesses empresariais diante do Governo. É a União Brasileira de Empresários (UBE) que instalou seu Conselho Consultivo quinta-feira passada, com a presença de 250 empresários e discursos repletos de críticas do presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, e de Antônio Ermirio de Moraes, do Grupo Votorantim. Além dos trabalhos da Constituinte, os empresários criticam o intervencionismo do estado na economia e o inchaço da máquina administrativa do Governo. Uma central única de empresários, como define Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, a UBE, é uma entidade política.

"Centrão" prevê votação logo

Deputados e senadores do "Centrão" acreditam que o projeto de resolução que prevê mudanças no regimento interno da Constituinte poderá ser colocado em votação em regime de urgência. O requerimento de mudanças no regimento, que contava ontem com 309 assinaturas, será apresentado formalmente terça-feira à noite ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. A tramitação normal do requerimento demora, no mínimo, 20 dias, mas a expectativa do grupo é de que o deputado Ulysses Guimarães se sensibilize com o expressivo número de assinaturas e decida pela votação imediata do projeto, afirmou ontem um dos líderes do Centrão.



Daso Coimbra prevê mais dez

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que está fazendo o trabalho de coleta de assinaturas para o requerimento, está confiante em que até a próxima terça-feira pelo menos mais dez constituintes adiram ao movimento. "Até lá permaneceremos trabalhando junto aos colegas para obter o maior número possível de assinaturas. Teremos 40 ou 50 assinaturas mais do que o mínimo exigido", acrescentou Daso Coimbra.

O grupo acredita ainda que além dos constituintes que assinaram o requerimento, um número bastante expressivo — dos que aprovam a proposta, mas preferem não assinar o documento — votará a favor da mudança do regimento interno. O deputado Daso Coimbra espera que pelo menos mais 40 constituintes, além dos signatários, aprovaram o projeto.

Parciais

A tese do Centrão é apresentar emendas parciais e não um substitutivo global ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, garantem os organizadores do movimento. Do substitutivo da Sistematização, o deputado Daso Coimbra e o senador José Lins (PMDB-CE) acreditam que serão aproveitados 80% do que foi aprovado. "Consideramos que 20% do relatório de Bernardo Cabral

Líder acena com novo texto

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), voltou ontem a advertir que se poderá questionar, em plenário, a existência do substitutivo que está sendo votado pela Comissão de Sistematização, porque, segundo ele, não estão sendo observadas as normas regimentais.

Ele fez essa advertência logo depois que a Comissão aprovou, por 82 votos e três abstenções, a redação final do título IV, referente ao Poder Judiciário. Ele mesmo disse ter votado a favor, mas não

não servem para a nova Constituição brasileira", acrescentou o parlamentar.

A maioria das emendas a ser apresentada pelo Centrão recairá principalmente no capítulo da Ordem Econômica. Segundo o senador José Lins várias emendas serão apresentadas no sentido de mudar o que foi aprovado pela Sistematização, com relação ao capital estrangeiro. "É essencial para o País a contribuição da poupança externa — investimentos e empréstimos estrangeiros — e consideramos que este capital deve vir, porque hoje o Brasil tem condições não só de dirigi-lo, como também de exercer um determinado controle sobre ele", afirmou o senador.

Segundo ele, outras emendas serão apresentadas para "pinçar" alguns artigos que tratam da iniciativa privada, "já que nós consideramos que está sendo muito oprimida". Eles pretendem também melhorar o texto da Sistematização com vistas a desestatização da economia. O grupo espera que todas estas emendas tenham caráter preferencial na votação, considerando que o requerimento foi assinado por mais da metade dos constituintes.

considera a matéria «aprovada». Isto porque, segundo o regimento — foi a sua argumentação —, um título só pode ser tido como aprovado depois de votados todos os destaques de emendas requeridos pelos constituintes. Não é o que está ocorrendo. Por acordo de lideranças, só estão sendo votados alguns destaques previamente selecionados, «sem prejuízo dos demais», que irão para o plenário. Mas, sem a aprovação de todos os destaques, a seu ver, não está concluída a votação.

PMDB cobra explicações de Bresser

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, terá que prestar esclarecimentos sobre sua decisão de pagar, aos bancos credores, 500 milhões de dólares — referentes aos juros dos meses de outubro a dezembro — aos líderes do PMDB, senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e deputado Ibsen Pinheiro. A informação é do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, que confirmou o encontro para amanhã, às 9h30. Ulysses disse que prefere escutar primeiro Bresser para depois manifestar-se.

"Ele deverá detalhar, fazer uma exposição circunstanciada, e se colocar à disposição de todas as perguntas dos líderes", explicou o presidente do PMDB sobre os motivos que o levaram a convocar ao encontro com o ministro da Fazenda. Ulysses não quis admitir o fim da moratória muito menos aceitar que o retorno do País ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma medida que fere o programa do PMDB. "Não quero falar sobre o assunto enquanto não ouvir o ministro", frisou.

O presidente do PMDB ainda considerou como "injúrias e calúnias" as críticas desferidas pela União Brasileira de Empresários à Constituinte, acusando-a de subverter a ordem econômica. "É uma irresponsabilidade combater o texto, em seu conjunto global, por causa de algum tópico", comentou Ulysses, ao considerar que a sociedade brasileira já está amadurecida e sabe distinguir o justo do injusto.

Sobre a decisão da Autolatina aumentar os preços dos seus veículos em índices acima daqueles autorizados pelo Governo, Ulysses disparou: "não pode haver, em hipótese alguma, desobediência às medidas que o Governo toma visando combater a inflação". Ressaltou que o Governo agiu correto e tomou as medidas cabíveis, apelando para o bom senso dos empresários, porque segundo ele, "a inflação vitima as empresas, mas principalmente os trabalhadores".

Família está unida quanto aos 5 anos

A família Sarney está envolvida na defesa das duas teses que causam maior polêmica na Constituinte: sistema presidencialista e mandato de cinco anos para o Presidente da República. Tanto o deputado Sarney Filho (PFL-MA), quanto Roseana Sarney, filhos do Presidente, concordam que um mandato de quatro anos "é muito curto", repetindo a frase dita por Sarney, no início do ano, quando já estava pensando em fixar em cinco anos, seu tempo no Governo: "Seis é muito, quatro é pouco. O ideal é cinco".

Sexta-feira à noite, em uma reunião social, Roseana Sarney, que a partir de agora permanecerá mais tempo em Brasília, retomando as funções de assessora do Presidente, afirmou que as duas teses merecem preocupações, mas a família está unida na defesa dos cinco anos. Sarney Filho, repetiu a defesa do tempo de mandato, dizendo ainda que esta é uma "questão que quase não discutimos, porque as opiniões são convergentes. Em nenhum momento pensamos em antecipar as eleições para o próximo ano. Não é verdade que estamos propondo quatro anos para o Presidente. E pouco tempo para promover algumas reformas".

Pesquisa

Embora a família demonstre unidade de pensamento, o Palácio do Planalto já encomendou mais uma pesquisa de opinião junto à Assembléia Nacional Constituinte. Esta nova pesquisa, a ser feita entre os 559 parlamentares, pretende saber a tendência dos constituintes nos seguintes pontos: se são favoráveis ao mandato de quatro anos, com presidencialismo; cinco anos com presidencialismo ou cinco anos com parlamentarismo.

Esta nova pesquisa vai direcionar também o comportamento do futuro porta-voz. Ele deverá ser mais "agressivo" na defesa das teses do presidencialismo e dos cinco anos de mandato, atuando não apenas como porta-voz mas, principalmente, como mais um assessor político do presidente Sarney. E, se possível, com trânsito livre junto aos parlamentares.

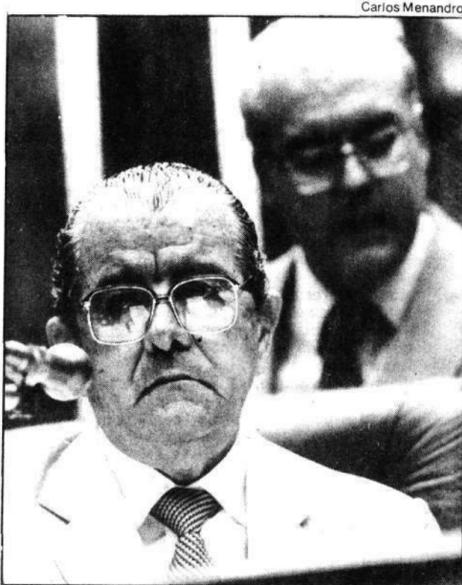
Sarney abre simpósio de microempresa

O presidente José Sarney estará na próxima terça-feira, no Centro de Convenções do Hotel Glória, abrindo o 10º Simpósio Latino-americano da Pequena e Média Empresa. O simpósio, que durará três dias, reunirá autoridades em pequena e média empresa da América Latina, França, Itália, Espanha, Portugal e Estados Unidos, que debaterão, com técnicos brasileiros, as perspectivas desse setor no continente.

Serão discutidos temas como o mercado para micro, pequenas e médias empresas; tecnologia para empresas de pequeno porte; mercado interno; substituições de importações, e mercado de exportação para pequenas empresas. Paralelamente ao simpósio, acontecerá o 1º Salão das Empresas de Serviço de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.



Haroldo Lima (E) atrasou a sessão, para angústia de Passarinho, que presidia a Mesa



Emenda impede Governo de criar compulsórios

O Governo não poderá criar compulsórios com a finalidade de diminuir o poder aquisitivo da população. Emenda suprimindo esse poder da União, de autoria do deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), foi aprovada ontem pela Comissão de Sistematização, durante sua reunião matutina, que começou com mais de meia hora de atraso porque o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, ao pedir a palavra para comemorar o 70º aniversário da revolução russa e "lamentar a abertura" recente da União Soviética ao capitalismo internacional, acabou provocando um debate ideológico em plenário.

Sucederam-se na tribuna, para agonia do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que presidia a sessão e alertava para o horário, mas também acabou falando da revolução russa, 11 parlamentares de diferentes partidos para louvar ou criticar os resultados do sistema político implantado na União

Dispositivos aprovados

Art. 168 — A União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública.

§ 1º — A União poderá, ainda, instituir empréstimos compulsórios nos seguintes casos:

I — investimento público de relevante interesse nacional, observado o disposto na alínea "b" do inciso III do artigo 170;

III — guerra externa ou sua iminência.

§ 2º — Os empréstimos compulsórios, exceto aqueles instituídos com base no inciso III do parágrafo anterior:

I — Somente poderão tomar por base fatos geradores compreendidos na competência tributária da pessoa jurídica que os instituir;

II — Dependendo de lei aprovada por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional ou das respectivas Assembléias Legislativas, que respeitará o disposto na alínea "a" do inciso III do artigo 170.

Art. 169 — Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto no inciso III do artigo 165 e incisos II e III do artigo 170.

Parágrafo único — Os Estados e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Art. 170 — Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, vedada inclusive qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da dominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Soviética. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) acabou contribuindo para alongar o debate, ao contestar o discurso de Haroldo Lima, argumentando que as modificações que ocorrem hoje no sistema soviético são apenas, segundo expressão da deputada, uma comprovação de que o País estava "na contramão da história".

Tributário

A Sistematização começou a votar ontem pela manhã o capítulo referente ao sistema tributário nacional (título VI). A emenda de Adolfo Oliveira suprimiu o inciso II do parágrafo 1º do artigo 168, que, pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), dava à União o poder de instituir empréstimo compulsório no caso de "conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo" da população. O autor da emenda argumentou que não se pode aceitar que um imposto seja transformado em confisco de renda, enquanto o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ao defender a emenda, lembrou que a União já dispõe de um imposto, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que pode ser usado para suprir necessidades surgidas em função da conjuntura econômica.

Previdência

Uma matéria que, segundo o relator-colaborador Fernando Coelho (PMDB-PE), provocou intensas pressões, pela sua inclusão no projeto durante os debates nas comissões temáticas, acabou sendo rejeitada ontem pela Sistematização: a isenção de impostos para os institutos de previdência privada, que não consta do projeto do relator. A emenda, de autoria do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), visava estender às empresas de previdência o benefício da isenção assegurado pela letra C do inciso II do artigo 171 do projeto apenas às entidades sindicais, instituições de educação e assistência social e aos partidos políticos. Foi, no entanto, rejeitada por ampla margem de votos: 70 a 19.

Também na sessão matutina foi aprovada emenda de autoria do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), estabelecendo que as contribuições sociais (como Finsocial, Sesc, Senac) devem seguir as mesmas normas gerais de tributação observadas em contribuições de outra natureza, e de autoria de Antônio Brito (PMDB-RS), assegurando privilégio de natureza processual para a Fazenda Pública, com a supressão de inciso que impedia tal privilégio.

Adicional sobre o IR é confirmado

Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir um imposto adicional de 5% ao Imposto de Renda e proventos incidentes sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital do imposto pago à União por pessoas físicas ou jurídicas residentes nos respectivos territórios. Esta decisão foi confirmada, ontem, quando a Comissão de Sistematização rejeitou por 60 votos contra 30 destaque do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), que pretendia suprimir a matéria do texto constitucional.

Alégava o líder do PL que os Estados e Distrito Federal «iriam montar na garupa da Receita Federal para tirar mais dinheiro dos infelizes contribuintes». Defendendo a manutenção do imposto adicional no texto, o deputado José Serra (PMDB-SP) sustentou que o imposto não era obrigatório e sim facultativo, dependendo das posições das Assembléias Legislativas. O relator-adjunto, Fernando Coelho, deixou a questão em aberto, mas frisou que «tributo é um caso de guerra, pois é deprimente ver prefeitos rodando o pires na mão, batendo de porta em porta nos gabinetes de Brasília em busca de minguados recursos».

Isenção

A Sistematização aprovou por 56 votos contra 16 destaque do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) acrescentando, no artigo 174, que a concessão de isenção fiscal será durante apenas o primeiro ano de cada legislatura. «Os benefícios não podem ser perpetuar no tempo», sustentou o parlamentar.

Destaque de autoria do líder do PTB, Gastone Righi, que pretendia fixar impostos sobre renda e proventos somente acima de 10 salários mínimos foi rejeitado. O destaque do deputado Luís Inácio Lula da Silva, que fixava impostos sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas, deixou de ser aprovado, por falta de quórum mínimo, atingindo somente 46 votos.

PL realiza convenção e elege seu diretório

O Partido Liberal (PL) realiza hoje, no plenário do Senado Federal a convenção do partido, para eleger o seu diretório nacional e estabelecer as normas para o registro definitivo da legenda. Segundo o líder do PL na Câmara, deputado Adolfo Oliveira, do Rio de Janeiro, de todos os partidos que foram criados no novo Governo, o seu será o primeiro a conseguir o registro oficial.

O presidente nacional do

partido, deputado Álvaro Vale (RJ), deverá ser eleito para a presidência do diretório nacional, mas os outros nomes da chapa só deverão ser conhecidos hoje, afirmou o deputado Adolfo Oliveira. Durante a convenção, o líder na Câmara fará exposições sobre a atuação do PL na Constituinte. Já estavam ontem em Brasília os membros dos diretórios estaduais e municipais, que foram eleitos recentemente.